

Quando o Direito não aparece na fala ou como observar o direito via não dito?: questões metodológicas de uma pesquisa com familiares de vítimas da letalidade policial¹

Luciano Santana Pinheiro² (UEFS)

Resumo:

O presente trabalho visa apresentar questões acerca da apropriação do método etnográfico para realizar uma pesquisa criminológica com familiares de vítimas da letalidade policial que visa responder a pergunta: como o direito aparece e opera nas narrativas e reações dos familiares de vítimas da letalidade policial³. A questão surge diante da limitação do uso da entrevista em um contexto marcado pela dor e uma carga emotiva densa em que a fala parece ser muito exigente para os interlocutores do pesquisador e, dessa forma, a apropriação tanto de aporte teórico como da modelo da etnografia fez-se necessário para resolver esse problema como para potencializar o resultado da pesquisa. Para tanto, o trabalho apresenta o desenho da pesquisa, seguida discute os limites e pontificalidades das entrevistas e, por fim, apresenta a importância e como utilizar a etnografia no campo do Direito.

Palavras-chave: letalidade policial; etnografia; direito; criminologia

Introdução

O presente trabalho surge no âmbito de uma pesquisa criminológica de caráter empírico cuja pergunta central é “Como o Direito aparece nas reações e nas narrativas dos familiares das vítimas da letalidade policial em Feira de Santana, a respeito das mortes decorrentes dela? Este trabalho surge da constatação da existência de uma negligência do judiciário em relação a apuração desses casos de mortes, pois as pesquisas em sua maioria não tem se preocupado com as narrativas não oficiais, deixando uma lacuna em relação as narrativas em primeira pessoa dos familiares das vítimas são pouco exploradas nas Ciências Criminais Nesse sentido, surge a necessidade de estudar as reações dos familiares das vítimas da letalidade policial em uma cidade brasileira do interior baiano Feira de Santana.. No primeiro momento escolheu a entrevista como abordagem metodologica.No entanto, a ida a campo nos fez refletir acerca dos limites da entrevista, uma vez que ela permite captar somente as narrativas verbalizadas perdendo, desse modo, os elementos que não são verbalizáveis. Foi nos encontros com os familiares, nos encontros com a dor das mães e pais, no confronto com situações em que as palavras escapavam na hora de fazer a pergunta, no

1 Trabalho apresentado ao VI ENADIR, realizado entre os dias 26 a 29 de agosto de 2019, no GT18. Profissões jurídicas, rituais judiciários, sistema de justiça e pesquisa empírica em direito em diálogo com a antropologia, coordenados por Michel Lobo Toledo Lima – InEAC/InCT – UFF e Bárbara Gomes Lupetti Baptista – UVA

2 Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e membro do Grupo de Pesquisa em Criminologia da UEFS(GPCrim)

3 Pesquisada realizada no Programa de Iniciação Científica da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e CNPQ, sob coordenação da professora Máira Machado e supervisão de Riccardo Cappi. A esses registro meus agradecimentos pelas valiosíssimas contribuições.

contato face a face, no compartilhamento das emoções, nas respostas ditas nas entrelinhas..., em tudo isto foi se percebendo o quanto se perde ao priorizar a entrevista para registrar as narrativas. Assim, o trabalho visa discutir resultados da pesquisa como também questões metodológicas acerca dos limites das entrevistas em situações de extrema dor e a necessidade da etnografia na pesquisa em Direito, bem como será discutido as estratégias, percursos e lugar do pesquisador na pesquisa.

a) A entrevista semiestruturada em situações de experiência de dor: limites e possibilidades

“A dor do outro encontra um lar na linguagem e um lar no corpo” (DAS, 2008, tradução nossa⁴)

A entrevista semiestruturada inspirada em História de vida foi a técnica escolhida no começo da pesquisa para dar conta da pergunta de partida e dos objetivos da pesquisa, uma vez que foi necessário desenvolver um método de escuta que possibilita que sujeitos subalternizados possam relatar suas situações de dor, que ao mesmo tempo que funcione com um caráter político. Foi um método que no primeiro momento se mostrou capaz de captar a narrativas sobre o direito.

Poupart (2008) apresenta três argumentos para justificar o recurso da entrevista do tipo qualitativa. Eles são, respectivamente, de ordem epistemológica, ético-política e metodológica: a possibilidade de analisar as realidades sociais segundo as perspectivas dos atores sociais; a possibilidade de “denunciar os preconceitos, as práticas discriminatórias e as iniquidades”, e, enfim, a possibilidade de obter informação sobre as entidades sociais, bem como um instrumento privilegiado de exploração do vivido dos atores sociais.

Em relação ao fundamento epistemológico, o autor acredita que entrevista é utilizada porque “dar conta do ponto de vista dos atores sociais e considerá-los para compreender e interpretar suas realidades. As condutas não poderiam ser compreendidas nem explicadas fora da perspectiva dos atores sociais”. Isso, pois a técnica de entrevista “malgrado os limites, continua sendo um dos melhores meios para apreender o sentido que os atores dão às suas condutas (os comportamentos não falam por si mesmo), a maneira como eles representam o mundo e como eles vivem sua situação, com os atores sendo vistos como aqueles em melhor posição para falar disso” (Poupart, 2010, p. 217). Assim o uso de entrevista é um recurso que se mostra coerente para acessar as representações que as famílias têm acerca do Direito e entender as reações em um contexto de perda de um parente.

⁴ “the othernot only asks for a home in language, but also seeks a home in the body” DAS, 2008, p. 57.

Soma-se a essa justificativa outra de ordem ética e política: a possibilidade de exploração em profundidade das condições de vidas, é vista como instrumento privilegiado para denunciar, de dentro, os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de excluída que pode ser objetos dos ditos desviantes (Poupart, 2010). Essa justificativa está em harmonia com os objetivos da pesquisa, pois de alguma maneira as histórias e narrativas dos familiares oportunizam ouvir denúncias acerca da forma como o sistema penal funciona.

Assim, o uso de entrevistas qualitativas no primeiro momento mostra-se como um potente instrumento metodológico no trabalho. Todavia ao longo da pesquisa foi percebendo que, em razão de tratar de experiências traumáticas, a própria pesquisa enseja um arcabouço metodológico mais preocupado com o bem-estar desses familiares. Em razão disso, surgiu uma celeuma: em que medida a técnica tradicional de entrevista é adequada em uma pesquisa marcada pelo contexto de dor e sofrimento?

A ida a campo nos fez refletir acerca dos limites da entrevista, uma vez que ela permite captar somente as narrativas verbalizadas perdendo, desse modo, os elementos que não são verbalizáveis. Foi nos encontros com os familiares, nos encontros com a dor das mães e pais, no confronto com situações em que as palavras escapavam na hora de fazer a pergunta, no contato face a face, no compartilhamento das emoções, nas respostas ditas nas entrelinhas..., em tudo isto foi se percebendo o quanto se perde ao priorizar a entrevista para registrar as narrativas.

Nesse sentido a ida à Escola e os contatos preliminares com os familiares foram fundamentais para realizar uma virada metodológica: utilizar não só a escuta mas trazer as cenas, as descrições. Foi através de um encontro com uma família em que a carga emotiva foi intensa e diante da impossibilidade de utilizar o gravador de voz, que fui convencido que o sentido da audição por si só deixa esvaír outros elementos, outras formas de falar igualmente importantes na pesquisa. Foi a partir de um encontro em a fazia uso do caderno de campo, que fui convecido da necessidade do uso de

A leitura do trabalho da antropóloga indiana Veena Das (2007; 2011) foi também importante para consolidar a reflexão acerca da abordagem metodológica. Em *Life and Words Violence and the Descent into the Ordinary*, Das defende que violência não se manifesta necessariamente na fala, ela pode se apresentar no silêncio ou no corpo, ou ainda, ela pode ser manifestada naquilo que a autora chama de “eventos ordinários”. Ou seja, é no cotidiano, nas reinvenções deste que aparecem as manifestações e o testemunho da dor no casos envolvendo “eventos críticos”. Nesse sentido, a entrevista qualitativa semiestruturada perde seu privilégio e torna imperativo que se utilize uma abordagem metodológica em que o pesquisador esteja entrosado no cotidiano, de modo a não só ouvir mas também a ver, a sentir o que a “realidade” tem a dizer.

Não se trata aqui, no entanto, de excluir a entrevista do processo de pesquisa mas de colocá-la como uma única técnica complementar, para responder a pergunta de partida e atender aos objetivos do trabalho. Dessa forma, é inserindo-se no cotidiano das famílias que se torna possível entender com maior profundidade as reações, as narrativas e as representações sobre o Direito, sobre como acontece na vivência das famílias.

Nesse contexto, a observação participante, e experimentação etnográfica mostrou uma grande aliada na pesquisa porque possibilita diminuir as questões relacionadas ao silêncio como potencializa os encontros e interações da pesquisa. A cena que segue foi experimentação de uma abordagem etnográfica e apresenta questões tanto do ponto metodológico, reforçando a necessidade de uma sensibilidade específica em casos em que envolve extrema dor, quanto apresenta parte do resultado da pesquisa.

A escolha de apostar na cena pública justifica-se porque além de ser a oportunidade de estabelecer contato com algum parente de mortos por “auto de resistência”, esta poderia me fornecer elementos importantes para pensar como os familiares reagem a respeito das mortes por ação policial de um ente querido e como essa reação interage, de alguma maneira, com o Estado. Nesse sentido, participei de dois atos: um em agosto e outro em dezembro de 2018.

O primeiro ato público em que pude participar foi a VI Marcha Contra o Genocídio do Povo Negro, que aconteceu em agosto de 2018, na cidade de Salvador-B. A escolha de ir ao um ato, em outra cidade se justifica em razão na constatação que na cidade de Feira de Santana não há movimento organizado de vítimas de letalidade policial, apesar de haver movimentos esporádicos. Além disso, o movimento por seu A Marcha acontece anualmente, reúne militantes de movimentos negros, familiares de vítimas da ação policial e é organizado pela “Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou será Morto”, organização política, pan-africanista, que presta assistência aos familiares de vítimas da letalidade policial, desenvolve atividades em penitenciária entre outros trabalhos com o objetivo de enfrentar o que o movimento chama de genocídio da população negra.

O ato aconteceu, mais especificamente, no Bairro do Engenho Velho de Brotas. As ruas estreitas dos bairros, com casas auto construídas e antigas davam espaço para corpos presentes homens, mulheres e crianças negras com bandeiras e camisas com dizeres “Reaja ou será morto, reaja ou será morta.”, “Frente ao genocídio do povo negro. Nenhum passo atrás” etc. Havia uma quantidade expressiva de crianças negras – em sua maioria educandos da Escola Winnie Mandela⁵ – por conta da comemoração de dois anos de inauguração da Escola.

5 A Escola Winnie Mandela foi inaugurada no ano de 2016 com o intuito de garantir a emancipação do povo negro.. Ela desenvolve atividades com crianças com orientação pedagógica pan-africanista, visando formar sujeitos comprometidos com a luta antirracista.

Pude notar que a Marcha de 2018 tinha um número reduzido de participantes em relação a quantidade em 2015, à qual também participei. Em razão dessa constatação, perguntei aos militantes e fui informado que a pouca presença aconteceu por escolha da própria organização pois eles, por questões estratégicas, priorizaram realizar a Marcha no bairro onde a sede da Reaja localiza-se, diferente da marcha de 2015, que aconteceu no centro da cidade, e teve uma presença expressiva de pessoas de diversas cidades do Brasil e outros países. Nessa oportunidade, também indaguei sobre a presença de algum familiar de Feira de Santana, quando fui informado que não havia.

Apesar de não ter encontrado familiares de vítimas da cidade de Feira de Santana naquele ato, foi possível assistir a episódios que nos ajudam a pensar a relação entre Estado e familiares. Um desses merece o devido destaque: foi a presença da Polícia Militar na manifestação.

Já no final da passeata, quando os participantes se aproximavam da chegada, nas proximidades da Escola Winnie Mandela, onde aconteceria um lançamento de um videoclipe de autoria dos próprios educandos, uma viatura da Polícia Militar tentava entrar por meio dos participantes a despeito de uma barreira humana impedir a passagem do veículo. Em razão do tensionamento que se instalava, um dos organizadores do evento, Hamilton Borges, conhecido por homem negro, de meia idade, se aproximou da viatura e tentou intermediar a situação explicando que a marcha terminará em alguns instantes, parece que foi o suficiente para a viatura aguardar a desobstrução da pista.

Mais à frente, encontrava-se um grupo de pessoas que se concentrava em volta do carro de som e repetiam de forma aguerrida as palavras de ordem proferidas pelos militantes, em sua maioria mulheres negras, que usava o alto-falante para projetar as denúncias acerca das diversas formas da violência estatal. Na oportunidade, a militante Andréa Borges lembrou dos jovens mortos pela polícia no mundo inteiro, como Davi Fíuza, Eric Garner, Michael Brown, entre outros jovens⁶. Nesse momento em que revesavam-se os participantes no microfone, eles registravam em sua fala as violências sofridas por pessoas negras, em sua maioria jovens, por parte do Estado.

Enquanto uma jovem negra discursa, surge outra viatura policial que com o som da sirene ensurdecadora parecia disputar a primazia sonora, para não dizer a narrativa, daquele ambiente. As palavras de ordem proferidas pelos participantes da Marcha se intensificavam na mesma proporção em que aumentava o som das sirenes policiais. A moça com o microfone continuou falando, seguida de respostas dos alunos que repetiam em coro o juramento da Escola Winnie Mandela. As falas

6 Estes nomes são de homens que morreram por ação policial no Brasil e em outros países: Davi Fíuza foi sequestrado e morto por policiais militares da Bahia na cidade de Salvador, em um treinamento de formação envolvendo 17 policiais, em uma aula simulando como funciona as práticas da polícia; Eric Garner morreu em Nova Iorque, após ser estrangulado por policial enquanto o prendia; Michael Brown morreu em 2014 na cidade de Ferguson, Estados Unidos após ser alvejado por um oficial da polícia municipal. As mortes dos jovens pelo mundo mostram que o problema da letalidade policial contra a população negra não é um problema factual tampouco restrito ao Brasil. Há um *continuum* do genocídio nos países da Diáspora, como mostra Vargas(2010).

continuavam e a sirene policial teimavam em um duelo de quem conseguiria projetar mais suas “vozes”.

Pouco a pouco mais viaturas apareciam e pararam em direção ao movimento, totalizando 6 veículos no final. Os policiais saíam dos carros encenando uma imagem que remetia ao belicismo: exibindo em suas mãos armas de grande porte, circulava em direção aos militantes, filmavam e registravam com fotos dos presentes, em uma nítida tentativa de intimidar todos e todas, até mesmo as crianças que estavam em bom número naquele local

Os policiais ficaram por um bom período parados observando, o que gerava olhares, desconfortos e tensão entre os militantes. Um cenário que parecia remeter a uma guerra cujos os inimigos estavam bem declarados.

A desproporcionalidade da ação policial, no entanto, não passou despercebida. A fala do militante de Hamilton Borges que segue é uma resposta a performance dos policiais militares e sintetiza a interação entre o Estado e familiares/ amigos de vítimas da violência estatal:

Meus irmãos, minhas irmãs, eu queria que vocês não tivessem medo, certo? Eu sei que essa situação é uma situação pra despertar nosso medo, **porque é claro quando Rui Costa manda um aparato policial fortemente armado contra crianças que estão aqui em uma manifestação que entre outra coisa é um aniversário de uma escola, a gente tem que imaginar que somos realmente perigosos. Se somos perigosos, não tenham medo! Não tenham medo! Porque uma coisa também é certa: esse o recado para o mundo todo foi dado. Foi dado o recado que o governo e todas as suas instituições, não estão interessados em nenhum tipo de diálogo com pretos e pretas.** O governo e as instituições estão muito bem, obrigado, a olhar os pretos e pretas se afundando em bebida, se afundando em droga, em cachaça e prostituição. Eles ficam muito bem, obrigado, mas quando existem pessoas pretas se organizando, que estão estudando, que estão fazendo escola, eles mandam os seus opressores fardados, pessoas que foram visadas das nossas próprias comunidades, pessoas que são pretas, que conhecem como nós vivemos mas que fazem o trabalho sujo. Eles tiraram fotos de muita pessoa aqui. Nós da Reaja temos uma casa. A nossa casa é ali. Nós da Reaja somos um livro aberto, todos sabem quem somos, eles não precisam fazer esse teatro, que é o teatro pra dizer que dissolveram alguma coisa. Não dissolveram nada.

Em respeito às nossas crianças, nós não vamos fazer aqui o que eles vieram fazer. Um tipo de enfrentamento, para que nós reagíssemos, para que eles jogassem bomba, para que eles jogassem spray de pimenta, para que eles esculachassem. Eles vão sair daqui sem cumprir o trabalho deles, que é humilhar pessoas pobres, que é humilhar pretas. Hoje eles não matam uma pessoa aqui!

Constata-se nessa fala, uma variedade de elementos para discutir sobre a postura estatal em relação as vítimas bem como as percepções das vítimas em relação o Estado. A performance policial

e o discurso do militante parece exemplificar a concepção estatal desenhada por Achille Mbembe, quando apresenta a concepção de Necropolítica.

b) O caso de Guilherme: o silêncio como a única linguagem possível

O meu primeiro encontro com uma a família de Gustavo foi um momento para despertar questões importantes sobre narrativas, silêncio e corpo. Apesar desse encontro não ter sido muito longo, ele nos rendeu insumos importantes para endossar a reflexão acerca dos limites das testemunhas no processo de entender o direito e a questão do lugar da fala para os familiares de vítimas da letalidade policial.

Conheci a família de Gustavo em 2018 graças as estratégias de buscar familiares nas nas redes sociais. Foi em uma segunda-feira, após o segundo turno das eleições presidenciais, em que o presidente Bolsonaro tinha vencido o pleito eleitoral, em que eu estava habitado por uma série questionamento acerca da validade do meu trabalho no contexto de desvalorização dos Direitos Humanos que avistei na BR24, na proximidades do Bairro Aviário, Feia de Santana, bairro conhecido pelo expressivo número de homicídios. Dezenas de homens e mulheres negros e negras, com cartazes em uma cortina de fumaça de pneu , interditavam o trânsito da BR. Fiquei curioso com a situação. Não pude saber ali o que se tratava a manifestação. Mas o motorista que conduzia a van de forma convicta afirmava que “deve ser o traficante que morreu no final de semana.”, depois dessa declaração fiquei ainda mais inquietado, porém a velocidade do veículo não possibilitava ver o conteúdo dos teor dos cartazes que aquele grupo de indivíduos exibiam. No entanto, minha curiosidade foi dissolvida quando ao entrar no site de um jornal local via uma notícia que afirmava que moradores estavam protestado em razão da morte de dois jovens. Tratava-se de dois menores de idade que foi morto, supostamente, em confronto com a polícia. Todavia no corpo da matéria, diferente do que acontece com outras notícias sobre morte de auro de resistência, havia uma narrativa de familiares de um dos meninos que confrontava a versão da polícia veiculada pelo mesmo site no dia anterior. O que me chamou atenção inclusive foi o fato que a reivindicação dos moradores tinha como pauta que a mídia desse a oportunidade de denúncia, que só iria seria desobstruída o trânsito da BR na condição da mídia aparecer para realizar uma matéria sobre as mortes dos meninos. Isso porque o mesmo jornal tinha realizado uma matéria afirmando um dia anterior declarando que os meninos morreram em troca de tiro com a polícia.

Durante algumas semanas fiquei buscando publicações no Facebook para ver a repercussão do noticiário na rede social. Realizei combinações de nomes na ferramenta de busca do *Facebook*, até que encontrei pessoas que compartilhavam o noticiário da mortes dos menim no, homenagens aos garotos, vídeos registrando uma manifestação que teria acontecido um dia antes da obsrução da

manifestação, e algumas publicações algumas denunciando a atividade policial. Nesse acompanhamento percebi que poderia buscar informações dos familiares do menino por meio um líder comunitário e procurei nas minhas redes de contatos pessoais alguém que pudesse intermediar o meu contato com o líder comunitário. A partir dessa interação pude conversar com esse morador do bairro x, quem me contou do acontecido dos meninos. Fui na casa dele e passei uma tarde, conversamos, passeamos pelo bairro e ele me mostrou conhecidos e me relatou inclusive dos meninos.

Foi graças a minha interação com o líder que fui convidado para um ato organizado em homenagem aos dois meninos e foi nessa oportunidade que tive contato com os familiares de Gustavo, sua mãe e sua irmã.

Depois da minha participação do ato tive, contato com a mãe e o pai de Gustavo, ax meses depois. Ao chegar no número desejado me deparei com um portão de metal, que resguardava cerca de 7 casas que constituía uma vilazinha. Ao chamar no portão fui atendido por uma mulher, de pele clara, gorda e que apresentava ter em média 40 anos. Ela perguntou quem era? Disse que estava procurando por Ludimila, foi quando ela chamou pela garota., que apareceu e abriu a portão de metal um já desatado pela ferrugem. Logo em seguida entrei na vilazinha e esperando um tempo suficientes para observar o ambiente, casas com pinturas desgastadas, sem acabamento que revelava um vida não tão fácil daqueles residiam ali. Falei com Ludimila e ela foi chamar a mãe dela, dona Rosa que estava na casa da vizinha a frete. Notei que a mãe da menina tinha demorado um pouco mais do que o esperado afinal de conta a casa se localiza logo ali na frente, pouco mais de 6 metros daquela casa.

Dona Rosa chegou. Ela tem a pele negra, negra bem retinta, de estatura baixa, com veste simples. Fui convidado para entrar, atendi ao convite e sentei em um sofá, em uma sala com pouca iluminação, cozinha e tudo bem arrumadinho. Dona Rosa sentou na cabeceira do sofá, de forma diagonal em relação a mim, em uma posição que denunciava a disponibilidade dela em relatar o acontecido. Durante toda a conversa pude perceber que a despeito da disponibilidade de sua filha falar do acontecido, inclusive, tentando a convencer da mesma atitude, a senhora sentou de forma inclinada e concentrava um olhar fixado ao ponto qualquer, enquanto sua filha conversava comigo. Ela se mostrava incomoda, rara era as vezes que ela intervia no diálogo. Em dado momento, sua filha revelou que elas não conversavam sobre o acontecido com ela disse que não, disse que diferente dela que gosta de falar para saberem que o menino não está erras, sua não gostava de tocar no assunto.. A vontade dela não falar foi revelado por um suspiro e um a declaração reticente dizendo que não gosta de lembrar

Foi nesse encontro que amadureci de forma mais concreta o entendimento que ha situações em que a fala não se mostra como a possibilidade em razão da não vontade do próprio entrevistado.

Mesmo que estejamos atentos e esforçando em estabelecer uma relação de alteridade, nos revelamos prepotente. Me explico. Em razão do direito de falar ter sido sequestrado, como bem coloca Ana Flauzino e Felipe Freitas, (2017 p.), imaginamos que sempre os indivíduos estão ansiosos para falar, que a escuta é algo esperada, que eles estão ansioso para falar. O caso da mãe de Gustavo, especificamente, foi importante pra mostrar que nem sempre isso prevalece. Ela apresentou inscrito no seu corpo a recusa de agenciar sua narrativa, quando ela sentou em minha frente quase em uma posição diagonal. Aliás desde o ato em que fui apresentado a ela pelo senhor X, que percebo corporalmente uma recusa da fala, desde percebo o “emudecimento” da mãe do menino, dona Rosa. Não alonguei muito a conversa mas me recordo como ela de forma muito monossilábica entrou de acordo comigo. Foi uma conversa bem breve, mas notei que ela estava meio em transe. Recordo-me que ainda no ato, foi oferecida a oportunidade dela falar no microfone ela utilizou diversos artifícios pra não falar, ela sinalizada que falaria depois e na última parada, ela em razão da impossibilidade de procrastinar foi bem sucinta; e disse “Não tenho nada a dizer. Eu só quero a justiça ”Fiquei inquietado com a brevidade de dona Rosa. Fiquei inquietado com a suciedade dela porque, os movimentos de mães que tenho conhecimento, geralmente, apresentam uma esfera plica muito latente, uma reivindicação do direito, ela aparecia mostrar que não pretendia muita a fala, mas por outro lado, a vontade pela justiça parece ser o elemento que as une. Logo imaginei que fosse por conta da morte recém. Disso podemos pergunta quais condições permitem que movimentos das Mães de Maio tenha uma agenda política organizada?

Além dessa cena endossar os limites da entrevista em situações de violência traumática, o caso da mãe de Gustavo apresenta uma modalidade de reação possível em caso de violência policial: o silêncio. Em vez de olhar para essa cena como uma postura passiva tal como foi pintada por muitos estudos e na historiografia sobre a população negra, quero levar o argumento numa outra perspectiva. O silêncio de uma família para além da inércia ou passividade, pode ser lido como a melhor resposta dentre as tantas possíveis, uma vez que ao revés do que pode imaginar, os sujeitos em contexto de violência realizam uma leitura sobre o fato suficientes para entender as consequências que a denúncia da ação policial ou o falar pode significar.

Dessa forma, o silêncio, pode set muito bem ser lido como resistência. Isso se revela tanto na presença dela no ato, quanto na declaração dela desejando a justiça que se manifesta na ida dela a passeata, o que confere uma postura de resistência, e na confissão que vai buscar, Ao contrário de sua filha que prefere falar “Porque se a gente ficar calado o povo pensa até que era uma má pessoa [...] E a gente tem que falar porque a gente que bem sabe que bem conhece ele era a gente. Então se o ‘zoto’ perguntar qual foi o motivo da morte a gente vai ficar ”, dona Maria, por sua vez, prefere se reservar no silêncio da dor.

Temos aqui, portanto, duas leituras diferentes possíveis mas que não se excluem das formas de reações. Enquanto a filha vê a fala como um recurso utilizado para disputar a moral e a imagem vilipendiada do irmão, para dona Rosa ficar no silêncio implica na própria sobrevivência, na possibilidade de viver em paz.

Antes de que uma leitura apressada possa concluir, é necessário pontuar que não queremos questionar a importância da escuta ou da fala, mas afirmar que essa quando oferecida pode, por razões tantas, ser recusada. Assim a fala é uma possibilidade que ora apresenta como potência de reposicionar a dignidade, mas como uma possibilidade que pode ser rejeitada. Essa modalidade de reação nos impõe um questionamento de ordem metodológica: como observar o direito via não dito?

Creio que o evento etnográfico apresentando acima foi capaz de evidenciar a necessidade de utilizar uma descrição, não só porque nos impõe o questionamento de como captar testemunhos sobre o Direito em momentos em que a fala não aparece, em que não se apresenta como recurso para dizer sobre o direito, mas também por questionar como trazer para o direito histórias e reações doloridas .

Para não concluir...

Neste trabalho propomos apresentar parte dos aspectos metodológico de uma pesquisa criminológica desenvolvida no âmbito de Iniciação Científica a, cuja a preocupação é perceber como o Direito

aparece e o opera nas narrativas e reações de familiares cujos entes querido perdeu por ação policial.

O trabalho para tanto foi dividido em três momentos. No primeiro apresentamos as possibilidades e limites da entrevista com nos casos envolvendo, destacando que a entrevista se mostra em certas situações impossíveis tendo em vista que a fala . Em seguida, apresentações cenas com inspiração etnográfica que demonstra situações em que e o exercício do pesquisador em captar as diversas reações possíveis de familiares de vítimas da letalidade policial, fazendo um esforço de traduzir e transcrever cenas do cotidiano. Na primeira cena temos um encontro com uma mãe e uma irmã de um familiar de vítimas, contato marcado pela ausência do diálogo da mãe, mostrando. No segundo momento temos uma cena que nos permite refletir como acontece a interação entre Estado e amigos e familiares de vítimas da letalidade policial, uma relação marcada pela violência .

Esse trabalho não teve como fim apresentar resultados da pesquisa mas realizar uma reflexão da utilização da etnografia nas pesquisas jurídicas como forma de entender o Estado, quanto como um recurso metodológico em situações em que uma entrevista tradicional se mostra como recurso insuficiente.

Referências Bibliográficas

MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do pacífico Ocidental: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. São Paulo: Abril Cultural,1976 [1922].

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa - enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010

CABRAL, João de Pina. Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 109-122, Apr. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132003000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132003000100006>.

DAS, Veena. Listening to Voices. An interview with Veena Das. (interview by DiFruscia, Kim Turcot). *Alterités*, vol. 7, nº 1, 2010, pp.136-145.

----- POOLE, Deborah (Eds). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004

_____. *Life and Words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007.

Roberto Kant de Lima e Bárbara Gomes Lupetti Baptista, « Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico », *Anuário Antropológico* [Online], I | 2014, posto online no dia 01 Outubro 2014, consultado no dia 30 Setembro 2016. URL : <http://aa.revues.org/618> ; DOI :10.4000/aa.618